



Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 65/2019 - Anexo XXIV
Prestação de Contas - Exercício de 2019

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção dos Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Procedimentos dos registros contábeis relacionados a receita orçamentária, adequados ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP implantados no e-Fisco	Registro das receitas orçamentárias no novo Plano de contas Aplicado ao Setor Público - PCASP implantados no e-Fisco	Diretoria de Contabilidade	01/01/2014	Concluída
Procedimentos dos registros contábeis relacionados a despesa orçamentária, adequados ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP implantados no e-Fisco	Registro das despesas orçamentárias no novo Plano de contas Aplicado ao Setor Público - PCASP implantados no e-Fisco	Diretoria de Contabilidade	01/01/2014	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Definição de procedimento para registro do crédito tributário advindo da Taxa de Serviços Notariais ou de Registro - TSNR	Constituição do crédito tributário e cobrança pela SEFAZ-PE	Corregedoria, Diretoria de Contabilidade, Consultoria Jurídica e Secretaria da Fazenda do Estado	31/12/2018	Concluída ¹
Adequação de normativo interno por força de alteração da legislação, contemplando procedimentos para registro dos créditos tributários e não tributários por competência	Normativo Conjunto interno publicado	Diretoria de Contabilidade, Diretoria Financeira, Diretoria de Gestão Funcional, Consultoria Jurídica e Corregedoria	31/12/2020	Paralisada ²
Desenvolvimento de metodologia de ajuste para perdas referente aos créditos registrados por competência, bem como da dívida ativa	Metodologia de ajuste para perdas	Diretoria de Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro das provisões com folha de pagamento - licença prêmio	Metodologia para cálculo e baixa de provisões sobre folha de pagamento - licença prêmio	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Contabilidade	31/12/2018	Concluída ³
Adequação do sistema de folha de pagamento para geração de informações necessárias ao registro de provisões com licença prêmio	Sistema de folha de pagamento adequado para rotina de provisões com licença prêmio	Secretaria de Gestão de Pessoas	31/12/2018	Concluída ⁴





Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 65/2019 - Anexo XXIV
Prestação de Contas - Exercício de 2019

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas ⁵			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
-	-	-	-	-
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Revisão dos normativos internos relacionados à gestão patrimonial, em confronto com a legislação Federal e Estadual	Normativo interno revisado e publicado	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2020	Paralisada ⁶
Reconhecimento dos bens móveis	Bens móveis registrados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluída
Reconhecimento dos bens imóveis	Bens imóveis registrados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
Definição dos procedimentos de mensuração dos bens móveis	Mensuração dos bens móveis definida	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2014	Concluída
Definição dos procedimentos de mensuração dos bens imóveis	Mensuração dos bens imóveis definida	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2014	Concluída
Avaliação dos bens móveis	Bens móveis avaliados	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2020	Paralisada ⁷
Avaliação dos bens imóveis	Bens Imóveis avaliados	Diretoria de Engenharia e Arquitetura	30/06/2018	Concluída
Realização de inventário dos bens móveis	Bens móveis inventariados	Diretoria de Infraestrutura	01/12/2015	Concluída
Realização de inventário dos bens imóveis	Bens imóveis inventariados	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2014	Concluída
Análise dos métodos e taxas de depreciação dos bens móveis e imóveis, definidos no sistema PE-Integrado, adequados ao TJPE.	Método e taxas de depreciação dos bens móveis e imóveis definidos	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Eng. e Arquitetura	31/12/2018	Concluída
Registro de depreciação dos bens móveis	Bens móveis depreciados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	01/01/2020	Em andamento ⁸
Registro de depreciação dos bens imóveis	Bens imóveis depreciados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	01/01/2019	Concluída
Implantação no TJPE do sistema informatizado PE-Integrado, módulo gestão patrimonial, interligado ao Sistema e-Fisco Financeiro	Sistema PE-Integrado implantado no TJPE	Secretaria de Administração do TJPE	31/12/2019	Em andamento ⁹



Documento Assinado Digitalmente por: CARLENE MARIA BEZERRA
Data de emissão: 14/12/2019 14:21:43
Data de validade: 14/12/2021 14:21:43
Código do documento: 0094597-2-2019-1471-9-64-1384-871241



Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 65/2019 - Anexo XXIV
Prestação de Contas - Exercício de 2019

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex. 13º salário, férias, etc)			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro das provisões com folha de pagamento - férias	Metodologia para provisões sobre folha de pagamento - férias	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluída
Desenvolvimento de metodologia para registro das provisões com folha de pagamento - 13º salário	Metodologia para provisões sobre folha de pagamento - 13º salário	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Contabilidade	31/12/2016	Concluída
Adequação do sistema de folha de pagamento para geração de informações necessárias ao registro de provisões com férias	Sistema de folha de pagamento adequado para rotina de provisões com férias	Secretaria de Gestão de Pessoas	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema de folha de pagamento para geração de informações necessárias ao registro de provisões com 13º salário	Sistema de folha de pagamento adequado para rotina de provisões com 13º salário	Secretaria de Gestão de Pessoas	31/12/2016	Concluída
Ação	6.Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Procedimentos para reconhecimento no passivo permanente das obrigações com fornecedores por competência, por meio do Documento Hábil - DH	Registro no passivo permanente das obrigações por competência realizado	Diretoria Financeira e Diretoria de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência, por meio do Documento Hábil - DH	Passivo com fornecedores registrado por competência	Diretoria Financeira e Diretoria de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência¹⁰			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
-	-	-	-	-





Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 65/2019 - Anexo XXIV
Prestação de Contas - Exercício de 2019

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, realização e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Reconhecimento e mensuração dos bens intangíveis (softwares adquiridos)	Bens intangíveis registrados	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluída
Registro da amortização dos bens intangíveis, com definição de método e taxa	Bens intangíveis amortizados	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Construção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP a ser implantado no e-Fisco	Plano de contas Aplicado ao Setor Público - PCASP implantado no e-Fisco	Governo do Estado	01/01/2014	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração das novas demonstrações contábeis	Demonstrações contábeis elaboradas	Diretoria de Contabilidade	31/12/2014	Concluída

¹ Procedimento de cobrança do crédito tributário advindo da Taxa de Serviços Notariais ou de Registro - TSNR foi concluído, contudo, alguns alinhamentos internos relacionados a fluxos operacionais ainda continuam pendentes;

² Em decorrência da Cota nº 347/2017 com base no Parecer nº 07/2009, ambos da PGE, reconhecendo a natureza tributária da TSNR, a alteração da Lei nº 11.194/94 perdeu o objeto. Ante esse novo cenário, a autoridade superior decidiu alinhar a IN nº 08/2005 à Lei estadual nº 13.178/2006, que trata de créditos não tributários e elaborar outra IN disciplinando exclusivamente a rotina interna dos créditos de natureza tributária do Poder;

³ Procedimento definido para licença prêmio em pecúnia de servidores que em 04/06/1999 (Emenda Constitucional nº 16/1999 do estado de Pernambuco) possuíam 10 anos de serviço, assim considerados com potencial direito ao usufruto da licença prêmio na forma indenizada.

⁴ Não foi necessária a criação de rotina no sistema de Folha de Pagamento, apenas a geração de relatório a partir das informações cadastradas na ferramenta.





Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 65/2019 - Anexo XXIV
Prestação de Contas - Exercício de 2019

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

⁵ Não vislumbramos essa ação neste Poder;

⁶ Prazo postergado até o final de 2020. Resta pendente de análise pelo setor de patrimônio e posterior revisão pelo setor jurídico para publicação;

⁷ Prazo postergado até o final de 2020, tendo em vista a necessidade de rediscutir o período de avaliação, inicialmente previsto para os bens adquiridos até 31/12/2008, correspondendo a aproximadamente 31% do acervo de 185.000 bens do Poder, devido a situação posta na nota 8.

⁸ A rotina do cálculo de depreciação dos bens móveis no Sistema de Patrimônio foi concluída pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC. Entretanto, por questões operacionais, a área de Patrimônio não conseguiu implantar a depreciação, para os bens adquiridos a partir de 01/01/2009.

⁹ Implantado os módulos de Solicitação de Compras, Licitação e ARP do PE-Integrado. No segundo semestre de 2019, iniciada a implantação do módulo de Patrimônio de Bens Imóveis, mas que se encontra em análise no TJ, por necessitar de alinhamentos com a Secretaria de Administração do Estado - SAD/PE. Os demais módulos dependem de definição do cronograma por parte da SAD/PE, motivo pelo qual postergamos para o final de 2020;

¹⁰ Não vislumbramos essa ação neste Poder. A Portaria nº 548/15-Secretaria do Tesouro Nacional prevê definição por meio de Ato Normativo específico.

Recife, 05 de março de 2020

Carleide Maria Bezerra
Contadora - CRC/PE nº 019946/O

